


Aportes do pensamento pós-colonial e da interseccionalidade para a virada epistemológica da sociologia

Contributions of postcolonial thought and intersectionality to the epistemological turn in sociology

*Fernanda Maria Vieira Ribeiro¹ 

Resumo

Neste artigo, analiso as contribuições e críticas de três correntes de pensamento para uma virada epistemológica na sociologia. Primeiramente, os aportes dos pensamentos anticolonial e pós-colonial para a criação de um cânone alternativo na sociologia (Go, 2023) e de uma nova visão de “sociologia global” (Bhambra, 2014). Em seguida, abordo as contribuições da interseccionalidade para uma teoria social crítica (Collins, 2022), que considera categorias muitas vezes negligenciadas pelas teorias sociais *normásculas* (Chabaud-Rycher, 2014). Através de uma análise bibliográfica, pretendo trazer uma compreensão inicial sobre o impacto da luta anticolonial e do feminismo negro na teoria social e algumas críticas do pensamento pós-colonial e do conceito da interseccionalidade para o pensamento sociológico. Finalizo apontando algumas características comuns às três abordagens teóricas, para refletir de que forma essas perspectivas contribuem para uma crítica ao “metrocentrismo” das ciências sociais (Connell, 2012) e ao epistemicídio de pensadoras negras (Carneiro, 2023) e para uma virada epistemológica geopolítica nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular.

Palavras-chave: virada epistemológica; pensamento pós-colonial; feminismo negro; interseccionalidade; teoria sociológica.

Abstract

In this article, I analyze the contributions and critiques of three currents of thought towards an epistemological turn in sociology. Firstly, I examine the contributions of anti-colonial and post-colonial thought to the creation of an alternative canon in sociology (Go, 2023) and a new view of “global sociology” (Bhambra, 2014). Secondly, I outline the contributions of intersectionality to critical social theory (Collins, 2022), which considers categories often neglected by “normative” social theories (Chabaud-Rycher, 2014). Through a bibliographic analysis, I offer an initial understanding of the impact of the anti-colonial struggle and Black feminism on social theory, as well as some critiques of post-colonial thought and the concept of intersectionality concerning sociological thinking. I conclude by describing some common features of the three theoretical approaches to reflect on how these perspectives contribute to a critique of

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamentos de Sociologia e Antropologia Cultural, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4289-4130>.

“metrocentrism” in the social sciences (Connell, 2012), the epistemicide of Black thinkers (Carneiro, 2023), and an overall geopolitical epistemological turn in the social sciences in general and in sociology in particular.

Keywords: epistemological turn; postcolonial thought; black feminism; intersectionality; sociological theory.

Introdução

Ao questionar o que é a teoria, Hans Joas e Wolfgang Knobl (2017) apontam a dificuldade de classificar um tema já bastante discutido por filósofos² e cientistas, que atualmente não nos preocupamos tanto em classificar. Contudo, as disputas teóricas e conceituais continuam comuns, sobretudo dentro das ciências humanas e sociais, onde o debate é necessário e “saúdável”. Alexander (1987), ao abordar a “crise de paradigma” de Thomas Kuhn, alerta-nos para o fato de que, enquanto nas ciências naturais o debate sobre pressupostos e paradigmas é algo não recorrente, prevalecendo um maior consenso sobre “questões supraempíricas”, nas ciências humanas e sociais o dissenso é rotineiro e comum.

Segundo Alexander (1987), o “dissenso amplo” é inerente às ciências sociais tanto por questões cognitivas como por questões valorativas. Joas e Knobl (2017) também destacam o caráter dissensual das ciências sociais, afirmando que desde o surgimento da sociologia, por exemplo, as pesquisadoras nunca chegaram a consensos em relação ao objeto, à missão, nem mesmo sobre os conceitos fundamentais da disciplina. Esse debate continua sendo crucial, pois diz respeito à construção da teoria científica e de seus pressupostos.

A sociologia moderna, bem como as ciências sociais modernas como um todo, agora se caracteriza por uma plêiade de escolas teóricas em competição [...]. E nesse contexto de tremenda competição teórica, as questões epistemológicas desempenham um papel crucial, pois dizem respeito aos pré-requisitos de uma ciência, à construção de uma teoria científica (Joas; Knobl, 2017, p. 17).

Como destacado, essa discussão não foi resolvida com o passar do tempo. Muito pelo contrário, as disputas foram se intensificando de acordo com o surgimento de novas propostas teóricas e metodológicas. Raewyn Connell (2012, p. 9) traz outra perspectiva sobre esse fazer teórico na sociologia quando coloca que “teoria é o trabalho que o centro faz”, problematizando quem pode fazer teoria e para quem. As atividades que circunscrevem o “fazer teoria” “implicam a formação de conceitos, a construção de argumentos causais e a definição e o desenvolvimento de métodos”, pois são formas de trabalho intelectual que ocorrem dentro de um processo maior de produção e circulação de conhecimento. Segundo a autora, existe uma colonialidade na produção do conhecimento científico, porque a

² Ao longo desse artigo, adoto o uso da flexão no gênero feminino (e em todas as designações que seriam tradicionalmente feitas usando masculino genérico, como “os autores”, “os pesquisadores”, “todos”), visando uma crítica direta ao uso do masculino como universal nas ciências sociais. Além de buscar uma linguagem mais inclusiva e não sexista, esta escolha também almeja romper com a invisibilidade histórica das mulheres na produção do conhecimento.

[...] metrópole, o centro imperial, tem sido o lugar preeminente para a teoria. Metodologia, formação conceitual, processamento de dados e debate intelectual aconteceram principalmente nas universidades, nos museus, nos jardins botânicos e nos institutos de pesquisa dessa região do mundo (Connell, 2012, p. 10).

Esse *metrocentrismo* da imaginação sociológica tem sido tensionado por sociologias alternativas produzidas no Sul Global, que contestam o cânone europeu e norte-americano do *mainstream* sociológico, levantando questões importantes sobre a colonização, o imperialismo e os contextos locais e nacionais de produção do conhecimento. Em resposta à crítica feita por Piotr Sztompka (2011) ao surgimento de sociologias nacionais fora do eixo Europa e EUA, Michael Burawoy (2011) reforça a importância dos contextos locais para novas sociologias, para se pensar uma sociologia global com contribuição de várias partes do mundo, e destaca as desigualdades existentes para que esse projeto se amplie.

Burawoy (2011) cita dois grandes obstáculos para que tenhamos uma sociologia global equalizada entre países de diversos continentes. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da sociologia varia enormemente entre os países: questões como o isomorfismo institucional, dependência de trajetória, ecologia populacional, dependência de recursos, classes sociais, dentre outros fatores, variam a força e organização da sociologia em cada país. E, segundo, o grau de mercantilização e de regulação estatal das universidades também determina o desenvolvimento dos campos sociológicos nacionais. Conforme o autor, as relações entre a sociologia do Norte e do Sul ainda são permeadas de dominação, e por isso a importância do fortalecimento de sociologias de fora da “metrópole” para que uma sociologia global seja possível.

Uma avaliação realista do que é possível depende de uma sociologia da sociologia, de uma sociologia da comunidade científica e de uma sociologia da sociedade civil global que leve em conta os Estados e os mercados. Uma vez que a nossa análise científica traga tantas más notícias, é ainda mais importante usar a ciência para nos agarrarmos a possibilidades utópicas. Como insistiu Max Weber, somente perseguindo ardentemente o impossível, nós poderemos chegar ao possível (Burawoy, 2011, p. 404, tradução nossa).

Apesar das críticas de Gurinder Bhambra (2014) à proposta de sociologia global de Burawoy, que pretendo esboçar adiante, a reflexão trazida pelo autor é pertinente para compreendermos o papel de uma “sociologia da sociologia” ou da “sociologia da comunidade científica” para vislumbrar os problemas internos da disciplina e potencializar os dissensos para a construção de novas sociologias.

Nesse artigo, analiso as contribuições e críticas de três correntes de pensamento para uma virada epistemológica na sociologia. Primeiramente, os aportes dos pensamentos anticolonial e pós-colonial³ para a criação de um cânone alternativo na sociologia (Go,

³ É importante elucidar que Julian Go (2016) explica que a diferença entre pensamento anticolonial e pós-colonial reside no seu momento histórico, objetivo principal e foco analítico. O pensamento anticolonial (que Julian Go classifica como a “primeira onda”) surgiu no calor das lutas pela independência e tinha um objetivo prático e imediato: a emancipação política. O pensamento pós-colonial (a “segunda onda”) surgiu após a maioria das colônias terem conquistado a independência formal, questionando o legado do império que persiste. Desta forma, o pensamento pós-colonial é

2023) e de uma nova visão de “sociologia global” (Bhambra, 2014). Em seguida, traço as contribuições da interseccionalidade para uma teoria social crítica (Collins, 2022), que considera categorias muitas vezes negligenciadas pelas teorias sociais *normásculas*⁴ (Chabaud-Rycher, 2014). Através de uma análise bibliográfica, pretendo trazer uma compreensão inicial sobre o impacto da luta anticolonial e do feminismo negro na teoria social e algumas críticas do pensamento pós-colonial e do conceito da interseccionalidade para o pensamento sociológico. Finalizo esboçando algumas características comuns às três abordagens teóricas, para refletir de que forma essas perspectivas contribuem para uma crítica ao “metrocentrismo” das ciências sociais (Connell, 2012), ao epistemicídio de pensadoras e pensadores negros (Carneiro, 2023) e para uma virada epistemológica geopolítica nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular.

A virada epistemológica na sociologia representa uma profunda reorientação teórica que abandona as pretensões de neutralidade e universalidade, reconhecendo que todo conhecimento é social e politicamente situado. Essa transformação é impulsionada por diversas correntes teóricas e autoras que criticaram o positivismo científico, destacando a importância de analisar as relações de poder na produção do conhecimento acadêmico e denunciando o eurocentrismo na produção, divulgação e legitimação do saber. Léo Rodrigues, Fabrício Neves e José Anjos (2016) ressaltam que a filosofia da ciência e um “aumento de complexidade do conhecimento” foram fundamentais para tensionar a epistemologia científica tradicional, ressaltando as contribuições do pós-estruturalismo para o surgimento de novas epistemologias nas ciências sociais.

A partir de meados do Século XX, a sociologia passou, de forma decisiva, a dar uma efetiva contribuição ao *arrefecimento de uma epistemologia de caráter não-linear* (indutivista; realista; essencialista), tanto através dos estudos sociais da ciência (*social sciences studies*), uma escola já bem consolidada e de escala internacional, como através de *diversas produções teóricas* que estão sob uma mesma rubrica genérica de “Pós-estruturalismo/Pós-fundacionismo/Desconstrução”. As abordagens pós-estruturalistas, de um modo geral, desenvolvidas centralmente no âmbito das ciências sociais, trazem em si o questionamento de todo o *fundamento último*. O pós-estruturalismo, como ferramenta epistemológica, questiona tudo aquilo *que ancora e estabiliza todo e qualquer fundamento*, como um pensado último; como se o próprio fundamento não fosse uma proposta/aposta socialmente construída e aceita (pactuada) como tal (Rodrigues; Neves; Anjos, 2016, p. 40).

Apesar de seminal para o desenvolvimento de outras vertentes e posicionamentos, como da própria teoria pós-colonial, não é objetivo deste artigo esmiuçar as contribuições do “Pós-estruturalismo/Pós-fundacionismo/Desconstrução” para a virada epistemológica na sociologia. Com a análise que me proponho aqui, desejo colaborar com uma reflexão sobre novas formas de fazer sociologia, para que

uma crítica textual e cultural que desmascara as formas mais sutis e persistentes do domínio imperial (retomo novamente esse debate abaixo).

⁴ Por questões de limitação textual e escolha metodológica, optei por não incluir neste artigo a discussão sobre a perspectiva decolonial. O escopo deste trabalho está delimitado à análise de aportes dos pensamentos anticolonial e pós-colonial para a criação de um cânone alternativo na sociologia e de uma nova visão de “sociologia global”. Em seguida, traço as contribuições da interseccionalidade para uma teoria social crítica, para refletirmos sobre algumas características comuns às três abordagens teóricas.

estejamos atentas para incluir nos nossos trabalhos o que tem sido produzido por pensadoras negras, pensadoras do Sul Global, pelas sociologias endógenas, deslocando o foco e a divulgação academicamente legitimada sobre a teoria eurocentrada. Mas isso não significa excluir o que tem sido produzido pelo Norte Global, tendo em vista que esses tensionamentos são importantes para um reposicionamento geopolítico do conhecimento das ciências sociais, inclusive dentro das universidades situadas nesse espaço visto tradicionalmente como produtor de teorias.

Ao analisar a obra do Julian Go (2016), Lucas Oliveira traz críticas ao autor, que abordo adiante, mas alerta que as contribuições ao debate realizadas por autoras do Norte Global não podem simplesmente ser descartadas. Segundo Oliveira (2020, p. 989), ao reivindicarmos uma perspectiva pós/de/contracolonial, isso não significa que devemos romper com as teorias produzidas no Norte Global, mas reconhecer o Sul Global enquanto lugar de enunciação científica, “tão constituinte como constituído pelas relações que estabelece com o Norte Global”.

Críticas e contribuições dos pensamentos anticolonial e pós-colonial

Nesse tópico, analiso algumas das concepções, contribuições e críticas de duas teóricas pós-coloniais para a teoria social e para a sociologia: do americano Julian Go⁵ (2023) e da britânica Gurinder Bhambra (2014). Essa análise não pretende ser exaustiva, mas pontuar algumas reflexões que as autoras trazem para pensarmos sobre uma virada epistemológica na sociologia. Segundo Adrian Favell (2023), as autoras citadas são representantes proeminentes de uma “terceira onda” de influentes teóricas pós-coloniais, e

[...] Suas agendas são atualmente as maiores notícias em uma disciplina que luta para recordar a sua missão radical, no meio do colapso da fé da sociologia no impacto das políticas públicas progressistas, da afronta da política da pós-verdade, do regresso do fascismo em todo o mundo, e da impaciência dos ativistas fora da sala de aula – uma frustração impulsionada pelos movimentos sociais, para além dos muros das universidades, sobre as vidas negras, os refugiados, os desastres climáticos, os direitos indígenas, o trabalho precário e as iniquidades do capitalismo global (Favell, 2023, p. 303, tradução nossa).

No livro *Postcolonial thought and social theory*, Julian Go (2016) traça uma classificação das “ondas” do pensamento pós-colonial. Nele, o autor se dedica à reconstrução histórica e analítica da primeira e segunda ondas do pensamento pós-colonial, discutindo autoras/es-chave e suas contribuições. Segundo essa classificação, na “primeira onda” das teóricas pós-coloniais estão ativistas e intelectuais anticoloniais das décadas de 1950 a 1960, que estiveram diretamente engajados em lutas de libertação nacional e fizeram uma crítica fundamental e incisiva ao colonialismo e ao racismo, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Amílcar Cabral e W. E. B. Du Bois⁶.

⁵ A opção pela flexão no gênero feminino ao longo deste artigo visa a uma crítica direta ao uso do masculino como universal. No entanto, ao me referir a autoras e autores específicos, utilizarei o gênero com o qual se identificam, a fim de manter a precisão referencial.

⁶ Nesse artigo, irei enfocar, sobretudo, os teóricos da “primeira onda” classificados por Julian Go (2016).

No que Go (2016) classificou como “segunda onda” se encontram pensadoras e teóricas das décadas de 1970 em diante, que trocam o foco da emancipação política para uma crítica cultural e textual do legado do colonialismo, tais como Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Homi K. Bhabha e o Grupo de Estudos Subalternos (*Subaltern Studies Group*). Essas autoras se concentraram em como as narrativas, a linguagem e o conhecimento ocidental construíram o “Outro” e mantiveram o poder imperial através do conhecimento acadêmico e pelo poder econômico e capitalista.

Favell (2023, p. 303) traz algumas críticas contundentes, sobretudo ao trabalho de Go, mas reforça que o pensamento dessas autoras é uma possibilidade teórica para repensarmos a sociologia global e transnacionalmente. Segundo o autor, o esforço teórico delas é fundamental para o reconhecimento das vozes e experiências do Sul Global “subalterno”, tensionando as ciências sociais “imperiais” para uma descolonização completa. No artigo intitulado *Thinking against empire: anticolonial thought as social theory*, Go (2023) resgata o trabalho de pensadoras que nasceram, viveram ou vivem em países que foram colonizados e que desenvolveram teoria social a partir de textos e escritos anticoloniais, ignorados pelo *mainstream* sociológico.

Segundo Go (2023, p. 280), nós precisamos reconhecer uma história diferente da sociologia, menos no contexto da industrialização, e mais na história do imperialismo.

[...] a sociologia disciplinar como a conhecemos hoje, e de fato a ciência social de forma mais ampla, nasceu no, do e para o império [...]. A própria noção de “social” – como um espaço entre a natureza e o reino espiritual – que emergiu no pensamento europeu, foi gerada no século XIX e ressoou entre as elites masculinas europeias que tentavam compreender a gestão da convulsão social, resistência e revolta de trabalhadores, mulheres e nativos colonizados (Go, 2023, p. 281, tradução nossa).

Go (2023) destaca que muitas contribuições de pensadoras e pensadores, como Apolinário Mabini e Jose Rizal nas Filipinas, Eugenio Maria de Hostos em Porto Rico, ou Frantz Fanon e Aimé Césaire na Martinica, Kwame Nkrumah em Gana, Amílcar Cabral em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o ativista anticolonial vietnamita Nguyen An Ninh, a surrealista martinicana Suzanne Césaire, dentre outras, foram vistas como demasiado políticas para serem entendidas seriamente como teorias sociais ou reflexões que contribuíssem de alguma forma para uma construção teórica nas ciências sociais. Apesar da crítica anticolonial não ter se restringido à escrita acadêmica, mas estar articulada com o jornalismo, artes, panfletagem política, ativismos nas ruas, dentre outras manifestações, ela também implicou ideias, conceitos e teorias do social, da sociedade e das relações sociais. Segundo o autor, “enquanto a sociologia e a teoria social foram institucionalizadas na metrópole para refletir sobre a episteme imperial, o pensamento anticolonial ofereceu visões da sociedade de baixo para cima, no lado obscuro do império” (Go, 2023, p. 281, tradução nossa).

Ao longo do seu artigo, Go expõe a teoria da sociedade de Apolinario Mabini, um revolucionário filipino, da indígena norte-americana Laura Cornelius Kellogg e do sociólogo anticolonial indiano Radhakamal Mukerjee, que oferecem outras perspectivas de como pensar o social, integrando a natureza e as relações sociais recíprocas e solidárias, antes mesmo da teoria de integração. Todas essas pensadoras fazem críticas

a exploração colonialista, a sua violenta destruição da natureza e apropriação da terra. Também aborda autores como Frantz Fanon, Amílcar Cabral, W.E.B. Dubois e outras, que trazem uma visão da sociedade moderna como um sistema de dominação racialmente bifurcada ou fraturada, onde a divisão e a dominação racial constituem a estrutura-chave e a lógica do social.

Julian Go (2023) faz uma síntese das contribuições teóricas das pensadoras anticoloniais para mostrar como a sociologia “metropolitana” ignorou as especificidades das sociedades coloniais e pós-coloniais, muitas vezes reforçando em seus estudos as dualidades positivistas e evolucionistas entre sociedades pré-modernas e modernas, primitivas ou desenvolvidas, reproduzindo lógicas etnocêntricas e imperialistas. Outro conceito que esse autor aborda é o de solidariedade social; cita o trabalho do pensador e político haitiano Anténor Firmin (1850-1911), que criticou o racismo científico e a ideia de solidariedade defendida por sociólogos/os europeus como uma forma de patriotismo disfarçada.

Segundo Firmin, “as nações europeias tendem naturalmente a unir-se para dominar o resto do mundo e as outras raças humanas [...] Não estará a questão da raça no centro destas explosões de solidariedade?” (*apud* Go, 2023, p. 288, tradução nossa). Os últimos e importantes temas que Go aborda no seu artigo são a hierarquia global e a interdependência intersocietal, como a sociologia *mainstream* e o pensamento pós-colonial têm abordado essas relações sociais de dominação e de dependência entre sociedades no mundo globalizado, o que nos leva à segunda contribuição que esboço nesse texto.

No artigo *As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial*, Gurinder Bhambra (2014) esmiuça como os estudos sociológicos têm trabalhado o conceito de globalização ou mundo global e como algumas teóricas têm contribuído com esse debate. Segundo a autora, a ideia de uma “sociologia global” surge para remediar insuficiências analíticas da sociologia da modernidade, da construção do “outro” por essa mesma sociologia e de um “nacionalismo metodológico”, que vem sendo criticado por Ulrich Beck (2002) em suas obras. No artigo, Bhambra (2014, p. 131-132) examina três “evoluções” da sociologia que se propõem analisar o fenômeno da globalização: “primeiro, a mudança para um paradigma de modernidades múltiplas [...]; segundo, apontamentos acerca de uma sociologia global multicultural [...]; e, terceiro, um argumento contra o nacionalismo metodológico [...], em favor de uma abordagem global cosmopolita”.

Segundo a autora, a sociologia e a modernidade são *co-constitutivas*, mas a visão da sociologia sobre a modernidade, com a “crença de que a modernidade surgiu primeiro na Europa e depois se difundiu para o resto do mundo”, é problemática (Bhambra, 2014, p. 134). A partir desse olhar enviesado, a modernidade é eurocentrada e se omitem as relações de exploração e dominação exercida pela Europa com outros países para que esse “desenvolvimento” acontecesse. Conforme Bhambra (2014, p. 135), “a história da modernidade, contudo, como é geralmente contada, baseia-se, como argumenta Homi Bhabha, no ‘apagamento do momento colonial e pós-colonial’”.

Supõe-se que o resto do mundo seja externo aos processos histórico-mundiais selecionados para consideração e, concretamente, as conexões coloniais de significância para os processos em discussão são apagadas, ou silenciadas. Eu sugiro que não se trata de um erro de conhecimento individual, e sim de algo que se torna possível pela própria estrutura disciplinar da produção do conhecimento que separa o moderno (sociologia) do tradicional e do colonial

(antropologia), não deixando assim qualquer espaço para a consideração daquilo que poderia ser denominado o “moderno pós-colonial” (Bhambra, 2014, p. 135).

A teoria das modernidades múltiplas, defendida pelo sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt (2001), prega que não existe um único modelo de modernidade, mas modernidades múltiplas a partir de variações culturais globais. Ou seja, “há o reconhecimento de que outras sociedades poderiam modernizar-se de diferentes maneiras e que essas diferenças [...] agora representam as diferentes formas de adaptação de cada sociedade específica aos processos de modernização” (Bhambra, 2014, p. 136). Contudo, a autora pontua que apesar desse reconhecimento e abertura para a análise da modernidade em outras sociedades além da ocidental, a Europa ainda é vista como ponto de referência para o entendimento da modernidade, e as modernidades alternativas não seriam mais do que flexões a esse modelo. Essa teoria, além de continuar colocando a modernidade eurocentrada como um modelo para as discussões sobre outras modernidades, não coloca em debate nem o colonialismo nem a escravidão.

A outra perspectiva, que Bhambra (2014, p. 138) chama de sociologia global multicultural contempla, segundo a autora, “questões de epistemologia sociológica no contexto de modernidades múltiplas”. Essa visão aborda os debates das conferências do Conselho das Associações Nacionais da Associação Internacional de Sociologia (ISA) realizadas em 2006 e 2009, trazendo tanto uma possibilidade de “‘indigenização’ das ciências sociais, com base nos argumentos de Akinsola Akiwowo, quanto o desenvolvimento de tradições autônomas ou alternativas de ciências sociais” (Bhambra, 2014, p. 139), defendidas por autoras como Syed Hussein Alatas, Syed Farid Alatas, Vineeta Sinha e Raewyn Connell.

Contudo, a autora critica as duas possibilidades levantadas por essa perspectiva argumentando que: primeiro, “embora as chamadas pela indigenização da sociologia tenham aberto ‘espaços para vozes alternativas’, percebeu-se que tiveram pouco impacto discernível sobre a disciplina de modo mais geral” (Bhambra, 2014, p. 138-139); e, no caso das tradições autônomas ou alternativas,

Alinharam-se, fosse propositadamente ou não, com a abordagem defendida pelos teóricos das “modernidades múltiplas”, onde a tradição ocidental das ciências sociais, ligada à modernidade, assume uma posição de centralidade e é considerada “o ponto de referência definitivo para o início e o progresso no desenvolvimento da sociologia” em outros lugares (Bhambra, 2014, p. 139).

O ponto central da crítica da autora em relação aos dois paradigmas abordados acima é que apesar da abertura para uma multiplicidade de tradições não ocidentais e uma possível “sociologia (mais) multicultural no futuro”, o debate pode cair em um relativismo em que a sociologia corra o risco de perder a universalidade da disciplina. Nesse ponto, discordo do seu argumento, tendo em vista que boa parte das autoras citadas partem de uma crítica à pretensa universalidade das teorias eurocentradas e buscam situar o conhecimento produzido na Europa e nos EUA como localizado. Ou seja, o conhecimento gerado nessas regiões reflete seu contexto sócio-histórico, político e cultural, não podendo ser transplantado para outras partes do mundo como se fosse universal.

Raewyn Connell (2007) argumenta que se deslocarmos esse fato para um contexto internacional de produção de conhecimento, perceberemos uma divisão global do trabalho acadêmico inscrita sob a égide de uma geopolítica científica historicamente desigual: é do Norte Global que teorias com pretensões explicativas “universalistas” são importadas, o que acirra processos de dependência epistêmica (Alatas, 2003); ao passo que, ao “resto”, concede-se a alcunha de “pensamento” – como “pensamento social brasileiro”, por exemplo, o que impõe uma semiautonomia e uma cobertura analítica que dificilmente ultrapassa fronteiras regionais (Oliveira, 2020, p. 989).

Para finalizar a análise das contribuições de Bhambra (2014) ao debate sobre a globalização da sociologia, a última perspectiva de que a autora trata e que mais se aproxima da sua proposta de uma sociologia global é a de cosmopolitismo global, de Ulrich Beck. Beck (2002) parte de uma crítica ao nacionalismo metodológico, que seria uma forma de análise própria da “primeira era da modernidade”, para uma segunda era, que seria cosmopolita.

Depois do comunismo e do neoliberalismo, [um]a próxima grande ideia é necessária – e poderá ser o cosmopolitismo. É necessário repensar os conceitos e valores essenciais das sociedades cosmopolitas, porque tantas pessoas não parecem considerá-los evidentes, lutam contra eles e é a razão pela qual existem novos dilemas. Não se trata de pós-modernidade ou não modernidade, mas de um novo domínio de modernidades emaranhadas e globalizadas (Randeria, 1999) que evidenciam a urgência das demandas desta sociedade mundial de risco (Beck, 2002, p. 20-21, tradução nossa).

Segundo Beck (2002), a sociologia, para ser cosmopolita, precisaria se redefinir, reinventar e reorganizar. Primeiro, no entendimento sobre globalização, que assumiu um viés sobretudo territorial, é preciso rever a compreensão sobre o processo de individualização nas sociedades contemporâneas. Depois, rever problemas conceituais, como o declínio da força analítica dos clássicos sobre as mudanças drásticas na economia e na sociedade; e os problemas metodológicos, de um “construtivismo metodológico” que exclui a alteridade da natureza e do objeto; e sobretudo um “nacionalismo metodológico”, que restringe as fronteiras das investigações aos Estados-Nação, considerando-os a ordem mais importante para estudar os principais processos sociais, econômicos e processos políticos.

Apesar da inovação do pensamento de Ulrich Beck perante as outras perspectivas analisadas por Bhambra, a autora destaca que Beck não consegue superar a proeminência do Ocidente em seu entendimento de sociedade cosmopolita, e, assim como as outras perspectivas, não dá a devida atenção aos processos de colonização e de escravização. Conforme a autora,

Os argumentos de Beck em prol de uma sociedade cosmopolita continuam a tomar perspectivas ocidentais como foco dos processos globais, e a Europa como origem de uma modernidade subsequentemente globalizada. Sua versão particular do cosmopolitismo – eu sugeriria – é uma expressão do eurocentrismo cultural disfarçado de inclusão global em potencial; digo em potencial porque tal inclusão depende dos “outros” serem incluídos no “nós”,

conforme definidos por Beck (2002). Não é uma inclusão que reconhece que os “outros” estavam presentes, ainda que marginalizados e silenciados, dentro das matrizes-padrão do entendimento; tampouco é uma inclusão que procura estabelecer o cosmopolitanismo de baixo para cima (para entendimentos propriamente cosmopolitas do cosmopolitanismo) (Bhambra, 2014, p. 143).

Além disso, a ausência do debate sobre colonialismo, imperialismo e escravidão inviabiliza uma sociologia global, tornando-se necessária uma revisão da sociologia não somente para o hoje, mas também a do passado que omitiu essas questões. Ou seja, para que tenhamos uma sociologia de fato global precisamos não somente remendar as falhas analíticas da sociologia no presente e para o futuro, mas também consertar as ausências e omissões sobre as violências ocorridas nos processos de colonização, imperialismo e escravização que tornaram possíveis o desenvolvimento da “modernidade europeia”.

As análises de Go (2023) e Bhambra (2014), apesar de esboçarem o pensamento de autoras e períodos distintos da análise sociológica, enfocam a mesma crítica do apagamento e silenciamento da colonização e escravização de povos de diferentes regiões, seja através do resgate de pensadoras anticoloniais que trouxeram outras perspectivas teóricas para pensar a sociedade (Go, 2023), ou mostrando como as teorias que criticam o eurocentrismo na sociologia avançaram muito pouco na compreensão do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo global (Bhambra, 2014).

Teorias feministas e aportes da interseccionalidade

As ciências sociais e suas disciplinas acadêmicas surgem no contexto da modernidade ocidental, tendo em seus fundamentos o pensamento eurocêntrico, a teoria política liberal e a ideia de ciência centrada em uma suposta racionalidade e neutralidade. Essa base científica iluminista, detentora de uma “verdade” absoluta, “pensa o masculino sem nem perceber” (Chabaud-Rycher, 2014, p. 3), e analisa a sociedade de forma a excluir ou ocultar categorias fundamentais para entender as desigualdades de gênero, raça, sexualidade etc. A ciência como um todo, e as ciências humanas e sociais em particular, tomaram como parâmetro de ser humano o homem branco de classe burguesa, invisibilizando mulheres e outras minorias nas suas análises.

Na área da sociologia, pode-se mencionar como exemplo a reprodução do cânone sociológico, que traz as contribuições somente de autores europeus e norte-americanos para a consolidação da disciplina, sendo esse padrão pouco problematizado nos programas de graduação e pós-graduação. Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha nos alertam para o fato de que

O registro histórico da sociologia e da teoria sociológica está impregnado de androcentrismo, de modo que recorda, lista, registra e reproduz contribuições de autores do gênero masculino (Deegan, 1991; Hoecker-Drysdale, 1992; Hill, 1989; March, 1982; McDonald, 1993). Harriet Martineau, Florence Nightingale, Harriet Taylor Mill e Pandita Ramabai são apenas alguns dos nomes que se fazem ausentes numa longa lista de mulheres pioneiras no pensamento social. Elas estavam lá antes do surgimento formal da disciplina da sociologia e fizeram contribuições cruciais para a emergência de uma nova ciência da

sociedade. Sabemos que essa lista é longa, já com evidências sólidas de numerosas pensadoras e teóricas (ocidentais e não ocidentais) que foram rotineiramente preteridas, omitidas e marginalizadas nas narrativas prevalentes da história da sociologia (Alatas; Sinha, 2023, p. 40).

O pensamento feminista trouxe uma crítica a essa ciência *normáscula*, problematizando a ideia de um sujeito universal, objetivo e racional, contextualizando e situando pesquisadoras e interlocutoras. Além disso, os estudos feministas possibilitaram uma revolução epistemológica ao introduzir a ótica de gênero no estudo do social e do político. As contribuições dos estudos das mulheres, e depois dos estudos de gênero, que foram aos poucos se institucionalizando nas universidades e departamentos de Sociologia, são inequívocas, pois problematizaram a suposta neutralidade desse sujeito “universal” e a objetividade científica construída sobre a ideia de um cientista assexuado e sem emoções. Conforme Danielle Chabaud-Rycher,

Sempre tematizada, a questão do “ponto de vista” e do “conhecimento situado” [...] ressalta a verdadeira explosão das *stand-point theories* que, ao levar ao âmago da pesquisa perspectivas provenientes dos movimentos das mulheres e de outros grupos compostos de minorias, questionaram veementemente a neutralidade das Ciências Sociais e, de um modo mais amplo, a produção do saber (Chabaud-Rycher, 2014, p. 10).

O conhecimento situado possibilitou que pessoas de diferentes gêneros, classes, raças, etnias, dentre outros, pudessem produzir conhecimento, problematizando as suas experiências como sujeitos social e historicamente localizados. Esse movimento possibilitou não somente que a epistemologia científica (quem fala?; a partir de qual lugar?; quem pode produzir conhecimento?) fosse questionada, mas também que os pressupostos anteriores fossem igualmente repensados. Segundo Bhambra,

Na sua forma mais robusta, o feminismo introduziu uma reorientação conceitual da sociologia em torno da ideia do patriarcado e, na sua forma mais tênue, em torno de como a natureza das relações sociais se baseia no gênero. Essas críticas não envolviam simplesmente afirmações de que no momento do reconhecimento do gênero havíamos entrado em um mundo que a partir de então deveria ser entendido como sendo baseado em gêneros e que, no futuro, as categorias sociológicas deveriam contemplar as questões de gênero. Além disso, também se argumentava que os entendimentos estabelecidos acerca do passado eram deficientes exatamente porque o gênero era uma questão do passado (ainda que não reconhecido) e também do presente e do futuro (Bhambra, 2014, p. 133).

A institucionalização dos estudos feministas e de gênero não foi consensual, tendo uma pluralidade de abordagens na academia, e perspectivas de diferentes escolas de pensamento da sociologia influenciaram teorias e conceitos feministas. Joas e Knobl (2017) enfatizam que não devemos falar de uma teoria feminista, mas de teorias feministas, pois o arcabouço teórico e metodológico utilizado por pensadoras dos estudos de gênero é vasto. Segundo os autores,

Enquanto algumas feministas se apoiam diretamente nas ideias parsonianas, um grande número faz uso de argumentos da teoria do conflito, por exemplo. E as mais fortes e mais influentes correntes no interior dos debates feministas da atualidade retomam as posições etnometodológicas, pós-estruturalistas e habermasianas. Ademais, a forte influência da psicanálise também é inequívoca (Joas, 2017, p. 463).

Contudo, apesar dessa diversidade, nesse artigo irei destacar uma perspectiva feminista relativamente recente, que ganhou maior amplitude teórica e empírica nos últimos anos. Essa perspectiva vem das contribuições do feminismo negro e da teoria da interseccionalidade (Collins, 2017, 2019) para o pensamento social. A escolha da interseccionalidade como uma contribuição importante para a virada epistemológica da sociologia veio de alguns fatores. Primeiramente, dentre as teorias feministas, é a que mais tem dado destaque à importância da análise racial junto a outras categorias de diferença, como classe, gênero, sexualidade, dentre outros. E, segundo, apesar das teorias feministas enfatizarem a posicionalidade dos sujeitos, Collins (2019) ressalta que, além da importância de situar os sujeitos na construção do conhecimento científico, é necessário que a interseccionalidade sempre ande? junto da luta por justiça social.

Assim como a maioria dos teóricos anticoloniais têm um engajamento político e social, realizando não somente análises acadêmicas sobre dominação e relações de poder, mas também lutando por mudanças sociais e políticas nas estruturas da sociedade, a teoria da interseccionalidade também tem esse objetivo. Desta forma, é a perspectiva feminista que mais tem pontos em comum com as contribuições dos pensamentos anticolonial e pós-colonial na sociologia. Mais uma vez, quero pontuar que essa análise não pretende ser exaustiva, mas trazer algumas reflexões sobre os aportes dessa perspectiva para a sociologia.

No livro *Teoria feminista: da margem ao centro*, bell hooks (2019) aborda o surgimento do feminismo negro como uma necessidade de trazer a vivência de mulheres negras para o debate feminista, também para criticar o viés liberal do feminismo branco estadunidense predominante no período em que publicou o seu livro. hooks, assim como Angela Davis (2016) e Patrícia Hill Collins (2016), escrevem sobre como as demandas das mulheres negras não eram contempladas pelo feminismo hegemônico. Por exemplo, as feministas brancas reivindicavam a igualdade no mercado de trabalho, enquanto as mulheres negras já sofriam opressão e exploração como mulheres trabalhadoras. Segundo Davis (2016), a luta sufragista ignorou as demandas das mulheres negras e trabalhadoras.

hooks traça uma crítica ao feminismo por não considerar que a opressão das mulheres deve ser compreendida levando-se em conta não somente gênero, mas também classe, raça, etnia, dentre outros marcadores, e propõe que o feminismo deve centralizar as experiências das mulheres marginalizadas.

Os estudos feministas sobre o destino das mulheres tendem a focar-se exclusivamente no gênero e não estabelecem uma base consolidada, a partir da qual se possa construir a teoria feminista. Refletem a tendência dominante, presente nas mentes patriarcais ocidentais, de mistificar a realidade da mulher, ao insistirem em que o gênero é o único fator determinante do destino das mulheres. Sem dúvida, tem sido mais fácil para as mulheres que não sofrem de opressão de raça e classe dar exclusiva atenção ao gênero. Embora as feministas

socialistas se preocupem com a classe e o gênero, tendem a descartar a raça ou reconhecem que a raça é importante e, depois, procedem a uma análise na qual a raça não é contemplada (hooks, 2019, p. 12).

Desta forma, o conceito de interseccionalidade é primordial para se pensar a encruzilhada de opressões (Akotirene, 2019) que o sexismo, o capitalismo, o racismo, a heteronormatividade, dentre outros sistemas de opressão e dominação, exercem sobre as mulheres. Compreender a opressão somente a partir do enfoque de gênero, além de limitador, exclui a experiência de vida de mulheres não brancas. Collins aborda as contribuições de pensadoras negras que vieram do campo das artes, da literatura, da música etc., como June Jordan, Angela Davis, Alice Walker, Audre Lorde, dentre outras (Collins, 2017), para destacar que a origem da ideia de interseccionalidade vem antes de Kimberlé Crenshaw ter cunhado o termo no seu artigo *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color* (Crenshaw, 1991). A ideia de interseccionalidade vem da luta por políticas emancipatórias para pessoas negras, para a população LGBTQIA+ e outras minorias étnicas.

O conceito de interseccionalidade teorizado por Crenshaw foi criado para compreender relações de poder mais amplas em que estavam envolvidas as “mulheres de cor” que enfrentavam a violência doméstica, e para analisar processos judiciais movidos contra a empresa General Motors por discriminação de mulheres negras. Segundo Mara Viveiros Vigoya (2016),

Em inúmeras oportunidades, Kimberlé Crenshaw esclareceu que sua aplicação da interseccionalidade foi e continuou sendo contextual e prática, e que sua pretensão nunca foi criar uma teoria da opressão geral, nem um conceito de uso prático para analisar omissões jurídicas e desigualdades concretas. No entanto, o fato é que, nos contextos acadêmicos anglófonos, a interseccionalidade parece ter se transformado no termo feminista mais difundido para falar seja de identidades ou de desigualdades múltiplas e interdependentes (Brah e Phoenix, 2004; Bilge, 2010). No campo do feminismo estruturalista, Patricia Hill Collins (2000) foi a primeira a falar da interseccionalidade como um paradigma (Vigoya, 2016, p. 5, tradução nossa).

Vigoya classifica a abordagem de Collins como “estrutural” porque, segundo a autora, o foco central de sua teoria não está na identidade, mas na análise dos sistemas de poder que se interconectam para organizar a sociedade. O conceito fundamental de “matriz de dominação” descreve como estruturas de opressão – como o racismo, o sexismo, o capitalismo etc. – não operam de forma isolada, mas estão entrelaçadas em nível institucional, moldando as posições sociais dos indivíduos. Dessa forma, a interseccionalidade funciona como uma ferramenta analítica para compreender a organização macrossocial e sistêmica da dominação⁷.

Collins (2019) ressalta que cedo as mulheres negras entenderam que jamais poderiam ser livres se perseguissem apenas o próprio interesse, o que fez com que compreendessem a necessidade de articulação com outros movimentos sociais para dismantelar as relações estruturais de raça, classe, gênero e sexualidade. Audre Lorde

⁷ Não pretendo aprofundar esse debate aqui, mas sugiro a leitura do artigo: Vigoya (2016).

(2019), no texto *Não existe hierarquia de opressão*, trata a relacionalidade das categorias de identidade, afirmando que não existe hierarquia entre as opressões, pois elas acontecem simultaneamente e de forma interligada. Segundo a autora,

Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar (Lorde, 2019).

Esse é um dos principais pressupostos da interseccionalidade: o entendimento sobre a simultaneidade da dominação ou opressão de sujeitos que se encontram no entrecruzamento de diversos marcadores sociais da diferença. E outro pressuposto importante para o feminismo negro e para a teoria da interseccionalidade, como já referido acima, é a luta por justiça social. Collins (2017) ressalta que a relação entre a teoria da interseccionalidade e sua inserção na academia é a de uma tradução imperfeita. Muitas vezes, a entrada da ideia da interseccionalidade nas universidades liberais americanas fez com que se perdesse ou diminuísse a força de sua origem nos movimentos sociais e de luta por políticas emancipatórias e justiça social.

Outro aspecto a ser destacado é a participação de vários movimentos de mulheres para a construção da interseccionalidade enquanto categoria analítica. Um movimento mais amplo de *mulheres de cor*, que incluía latino-americanas, mexicanas, mulheres indígenas e asiáticas, também contribuiu para a construção social, política e acadêmica da teoria e práxis interseccional. Segundo Vigoya, podemos enquadrar o debate interseccional como um enfoque epistêmico descolonizador, tanto pelas dimensões políticas dessa teoria como pela participação de movimentos de mulheres de várias nacionalidades e etnias distintas, buscando libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica. Dentre essas pensadoras podemos citar Gloria Anzaldúa, Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Norma Alarcón, Cherrie Moraga, Chandra Talpade Mohanty, Maria Lugones, entre outras (Vigoya, 2016).

Patricia Hill Collins (2022), no livro *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*, defende que “a interseccionalidade é uma teoria social crítica em construção que já pode estar fazendo um trabalho teórico substancial sem ser reconhecida como tal” (p. 39). A autora defende esse argumento tendo como base que a interseccionalidade possui três características presentes na teoria social e nos processos de teorização: é utilizada através de metáforas, possui um pensamento heurístico e pode ser entendida como um novo paradigma. Segundo a autora,

A interseccionalidade contribui para mudanças de paradigma no pensamento sobre como as relações de poder mutuamente construídas determinam os fenômenos sociais. Em todas as disciplinas acadêmicas, os paradigmas tradicionais abordavam a desigualdade racial e a desigualdade de gênero, por exemplo, como fenômenos distintos, separados e desconectados. Como raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e capacidade foram conceituados como fenômenos separados, suas interações permanecem invisíveis porque ninguém pensou em procurá-las. Usar a interseccionalidade como uma metáfora desafiou

fundamentalmente essa suposição dada como certa, e usá-la como heurística desenvolveu um novo conhecimento como evidência para argumentos interseccionais (Collins, 2022, p. 67).

A partir desse argumento, compreendemos melhor as contribuições da perspectiva interseccional para uma virada epistemológica na sociologia. Collins (2022) defende a interseccionalidade como um novo paradigma porque traz em seu cerne outra forma de analisar, teórica e metodologicamente, os fenômenos sociais e a sociedade como um todo. Ao invés de olharmos separadamente para as formas de opressão que mulheres, negros, indígenas e outros grupos subalternizados sofrem, conseguimos vislumbrar fenômenos sociais mais amplos, que não ocultam nem silenciam os processos históricos e sociais em sua totalidade. Além disso, a ideia de uma ciência neutra, ainda muito presente nas ciências sociais, é tensionada pela relação das teóricas interseccionais com os movimentos sociais e com sua luta por justiça social.

Considerações finais

Sueli Carneiro (2023, p. 88), que popularizou o termo epistemicídio no Brasil, o define como “uma anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados”, o que implica um processo de produção de “indigência cultural”, ou seja, a negação do acesso qualificado à educação, a inferiorização intelectual de pessoas negras, mecanismos de deslegitimação do conhecimento produzido, a carência material e o comprometimento da autoestima, dentre outros processos de negação e exclusão social. Nas palavras da autora, “é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta” (Carneiro, 2023, p. 89).

Apesar do avanço no tensionamento das matrizes eurocêntricas, androcêntricas e positivistas que persistem na ciência e na academia, ainda temos muito a caminhar no combate ao epistemicídio dentro da academia. Devemos e podemos substituir versões essencializadas e universalistas do conhecimento gerado no eixo do Norte Global nas ciências sociais, incluindo as contribuições de pensadoras, intelectuais negros, de outras cartografias geopolíticas nas nossas análises, pesquisas e nos programas disciplinares das nossas universidades.

A virada epistemológica e a crítica a esses padrões normatizados na sociologia têm acontecido de forma lenta e gradual. Se ainda estamos no processo de uma mudança ou em construção de uma epistemologia feminista negra – como esboçou Collins (2019) –, de uma nova teoria social ou de novos paradigmas sociológicos, não podemos afirmar com toda a certeza; mas de fato podemos dizer que as contribuições dos pensadores anticoloniais, pós-coloniais e das teóricas interseccionais para essa virada são valorosas e inestimáveis.

Primeiramente, tanto as críticas anticoloniais e pós-coloniais como as pensadoras feministas negras questionam o eurocentrismo e os ideais positivistas presentes nos estudos sociológicos. Ainda encontramos autores, como Sztompka (2011) e outros, defendendo leis gerais e uma pretensa universalidade da disciplina, leia-se, europeia, já superada há muito tempo, como bem destacou Burawoy (2011). Outro questionamento comum às três vertentes é a estrutura geopolítica da sociologia. Como ressaltou Connell (2012), nem os sociólogos clássicos e nem os contemporâneos levam em conta fenômenos como o colonialismo e a dominação escravagista em seus estudos,

além de não referenciarem autores do Cone Sul Global que tematizam essas questões. Ou seja, ainda vivemos sob um *metrocentrismo sociológico*, persistindo análises sobre um referencial europeu ou ocidental não problematizado.

Dois aspectos também relevantes que as abordagens esboçadas têm em comum é repensar tanto a posição do sujeito em relação ao conhecimento como o papel da justiça social que deve estar presente em uma disciplina que desde sua constituição se preocupou com as desigualdades sociais e a opressão de classe. Tanto o pensamento anticolonial como o pós-colonial e o pensamento feminista negro colocaram a necessidade de aprofundar nosso conhecimento sobre outras formas de opressão, sem esquecer, contudo, as desigualdades sociais analisadas anteriormente pelas ciências sociais.

Go (2023) trouxe uma síntese de autoras negras, muitas de países que foram colonizados, mostrando a importância do olhar pós-colonial para a sociologia; assim como Bhambra (2014), que, ao esboçar as críticas de várias pensadoras aos conceitos de modernidade e globalização, revela o quanto ainda precisam avançar e propõe uma sociologia pós-colonial. Assim como Chabaud-Rychter (2014) trouxe as contribuições da teoria feminista para a teoria social, autoras como Collins (2017, 2019, 2022), Vigoya (2016), Lorde (2019), dentre outras, enfatizam que não podemos esquecer a análise racial e os processos coloniais e de escravização e que as opressões de classe, gênero, raça, sexualidade, nacionalidade etc. não devem ser pensados separadamente. Todas essas contribuições são fundamentais para vislumbrarmos uma mudança paradigmática.

Uma contribuição fundamental trazida pelo pensamento feminista, e mais fortemente pelo feminismo negro, sobre a posicionalidade e o ponto de vista dos sujeitos marginalizados ou minorizados dentro da ciência problematiza o papel que a sociologia ocupa dentro do mundo neoliberal. Conforme destaca Connell,

[...] a sociologia tem um lugar no mundo neoliberal: por um lado, como pesquisa de mercado, e por outro, como a ciência responsável por descobrir como gerenciar e controlar grupos que são falhas do mercado – os pobres, os desprezados, os incompetentes, os criminosos, os não empreendedores (Connell, 2012, p. 16).

Collins (2019) também traz críticas semelhantes a como as universidades, e consequentemente os estudos sociais, têm sido cooptados por uma lógica neoliberal e perdido espaço na luta por transformações políticas, econômicas e sociais. Por isso, tanto o pensamento pós-colonial como a teoria interseccional são cruciais para, de fato, fazermos uma virada epistemológica nas ciências sociais ocidentalizadas e mercantilizadas pelo capitalismo global.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *A teoria sociológica para além do cânone*. Tradução: Luciana Pudenzi. São Paulo: Funilaria, 2023.
- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.
- BECK, Ulrich. The cosmopolitan society and its enemies. *Theory, Culture & Society*, London, v. 19, n. 1-2, p. 17-44, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1177/026327640201900101>.


- BHAMBRA, Gurinder K. As possibilidades quanto à sociologia global: uma perspectiva pós-colonial. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 131-151, 2014.
- BURAWOY, Michael. The last positivist. *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, Thousand Oaks, v. 40, n. 4, p. 396-404, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094306111412512a>.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CHABAUD-RYCHTER, Danielle. Introdução: questões de gênero nas ciências sociais “normásculas”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). *O gênero nas Ciências Sociais*. Brasília, DF: Editora UnB: Editora Unesp, 2014. p. 3-24.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Revista Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2017.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Palo Alto, v. 32, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 35, p. 139-163, 2001.
- FAVELL, Adrian. The (postcolonial) return of grand theory in American sociology: Julian Go on postcolonial thought and social theory. *The British Journal of Sociology*, London, v. 74, n. 3, p. 302-309, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12990>.
- GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.
- GO, Julian. Thinking against empire: anticolonial thought as social theory. *The British Journal of Sociology*, v. 74, n. 3, p. 279-293, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12993>.
- HOOKE, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Aleph, 2019.
- JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Desafios para uma sociologia pós-colonial. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 979-987, set./dez. 2020. DOI: [10.1590/s0102-6992-202035030014](https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035030014).
- RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro; ANJOS, José Carlos dos. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da Ciência contemporânea. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 24-53, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004102>.
- SZTOMPKA, Piotr. Another sociological utopia. *Contemporary Sociology*, Thousand Oaks, v. 40, n. 4, p. 388-396, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094306111412512>.
- VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, Ciudad de México, v. 52, p. 1-17, 2016. DOI: [10.1016/j.df.2016.09.005](https://doi.org/10.1016/j.df.2016.09.005).

***Minicurrículo da Autora:**

Fernanda Maria Vieira Ribeiro. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente do Instituto Federal do Maranhão, Campus Pinheiro. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88887.971715/2024-00). E-mail: fernandamvribeiro@ufrj.br.

Avaliação 1: [Parecer 1](#);

Avaliadora 3: Lina Penati Ferreira , [Parecer 3](#);

Editora de Seção: Silvana Mariano .

Declaração de Disponibilidade de Dados

Nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Declaração de uso de IAGen

A autora declara não ter feito uso de IAGen na elaboração do artigo.